

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.559 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 9 DE SETEMBRO DE 2002



José Cruz

Amir Lando: imensidão de terras públicas disponíveis

## Lando critica o Incra e cobra reforma agrária real

PÁGINA 3



Celso Azevedo

Hartung propõe que juizados examinem assuntos fiscais

## Hartung quer ampliar ação de juizados especiais

PÁGINA 3



Celso Azevedo

Osmar defende "contraditório e ampla defesa"

## Notificação em ações trabalhistas pode mudar

PÁGINA 3

# Projeto garante recursos do BNDES para regiões pobres

Segundo proposta de Ademir Andrade, 1% dos recursos administrados pelo BNDES será reservado para a Região Norte, o mesmo percentual para o Centro-Oeste e 2% para o Nordeste

A mudança de critérios para a aplicação de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Ademir Andrade observa que atualmente nenhuma lei disciplina a forma como esses recursos são dis-

tribuídos. Destacando que essa situação gera distorções, o senador lembra que, de 1995 a 2001, as regiões Sul e Sudeste ficaram com mais de 77% do dinheiro do BNDES. Uma das finalidades do projeto é tornar o banco instrumento de redução das desigualdades regionais.

PÁGINA 3



Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste devem ser beneficiadas com os critérios propostos no projeto de Ademir Andrade

## Interlegis amplia lista de documentos disponíveis na Internet

O Portal Interlegis ([www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br)) já disponibilizou base de dados contendo todas as Constituições estaduais e suas emendas. Os acessos ao portal bateram recorde no mês passado, quando 78 mil internautas visitaram o *site*.

PÁGINA 2



## Congresso comemora o centenário de Juscelino Kubitschek

PÁGINA 2

# Portal Interlegis mostra Constituições estaduais

Uma das seções mais visitadas do *site* é a que permite acompanhar a tramitação de matérias legislativas, bem como fazer pesquisas sobre normas jurídicas e jurisprudência dos tribunais superiores

O Portal Interlegis passou a disponibilizar base de dados com o texto de todas as Constituições estaduais e respectivas emendas. O próximo passo será inserir as leis orgânicas das capitais. Um grupo de trabalho deverá estudar formas de integração das bases de dados de todas as Casas legislativas.

Com isso, a médio prazo, a população poderá ter acesso às leis votadas pelos seus representantes. A disponibilização dessas bases de dados faz parte dos compromissos assumidos pelo Senado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no ano 2000, quando as instituições assinaram o contrato para a viabilização do Programa Interlegis.

Uma das seções mais visitadas do portal é a que permite acompanhar a tramitação de matérias legislativas e fazer pesquisas de normas jurídicas, e informações



Por meio do Portal Interlegis, o usuário pode ter acesso às páginas das Casas legislativas federais, estaduais e municipais

referentes à jurisprudência dos tribunais superiores. Podem ser consultados ainda o texto original e integral de diversos projetos de lei em fase de debate no Congresso e a íntegra dos discursos proferidos pelos congressistas.

Por meio do Portal Interlegis pode-se ter acesso aos *sites* das Ca-

sas legislativas federais, estaduais e municipais; de entidades representativas ligadas a esse Poder; de empresas e organizações voltadas para serviços de interesse da sociedade; e de analistas da política brasileira e de outras comunidades virtuais. O portal é acessado pelo endereço [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

## Mais de 1.200 câmaras receberão computador para acessar Internet

O Interlegis é um programa de modernização e integração do Poder Legislativo nos seus níveis federal, estadual e municipal desenvolvido pelo Congresso Nacional em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também visa promover uma maior transparência e interação entre o Legislativo e a sociedade.

Para alcançar esses objetivos, o Interlegis utiliza novas tecnologias de informação, como a Internet, videoconferência e transmissão de dados. Estes recursos permitem a comunicação e a troca de experiências entre as Casas legislativas e os legisladores, e entre o Poder Legislativo e o público.

Mais de 600 câmaras municipais

já receberam computadores e impressoras do programa para se ligarem à Internet, usarem o correio eletrônico e colocarem suas informações à disposição dos internautas. A previsão para este ano é que mais 1.250 câmaras estejam equipadas para se integrar ao projeto.

As visitas ao Portal Interlegis, cuja nova versão entrou no ar no dia 19 de agosto, bateram recorde no mês passado. Quase 78 mil internautas acessaram o *site*. A média diária chegou a 2.284 visitas, o que significa 473.058 páginas acessadas em agosto. O número de visitas mensais à versão anterior, implantada em março deste ano, ficou em pouco mais da metade do verificado agora: 39.508.

## Centenário de Juscelino será comemorado em sessão solene

Com uma sessão solene de caráter festivo, o Congresso Nacional vai comemorar nesta quinta-feira, às 11h, o centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da comissão mista criada para coordenar as comemorações, informou que a solenidade terá a participação do Coral do Senado e a exibição de documentário sobre JK, produzido pela TV Senado.

Na ocasião, segundo Francelino, serão distribuídos exemplares do livro *Por que construí Brasília*, de Juscelino Kubitschek, edição reimpressa pelo Conselho Editorial do Senado para essa comemoração.

O senador, que será um dos qua-

tro oradores da sessão solene, também ressaltou a importância de JK como prefeito de Belo Horizonte e governador de Minas.

— Em todos os cargos, ele destacou-se pela ousadia, pela determinação e pelo otimismo, realizando grandes obras não apenas no plano físico, mas também na área da cultura e das artes — avaliou.

Para Francelino Pereira, a construção de Brasília é o patamar mais expressivo da administração de Juscelino. Ele destacou “a iniciativa e a ousadia” de JK para mudar a capital e mencionou a contribuição decisiva de Israel Pinheiro “e de tantos outros homens, candangos, que se engajaram na obra”.

— Conheci Brasília em 1962,



Francelino Pereira será um dos oradores da sessão do Congresso, que se realizará no Plenário do Senado

quando fui eleito deputado federal pela primeira vez. Do avião, vi a cidade iluminada, num espetáculo de luzes e cores que nos sensibilizava — lembrou.

Francelino Pereira disse que Juscelino Kubitschek sabia conviver bem com as críticas e controvérsias, e buscava “sobretudo a paz, o amor, o ideal de construir uma pátria melhor”.

## Otimismo do fundador de Brasília marca documentário da TV Senado

Um novo e cuidadoso olhar sobre a vida do ex-presidente Juscelino Kubitschek será conhecido na próxima semana por senadores, deputados e visitantes do Senado. Nesta quarta e quinta-feiras será exibido em sessão solene do Congresso Nacional e no Cultura ao Meio-Dia o documentário *JK: um Cometa no Céu do Brasil*, produzido pela TV Senado e dirigido por Maria Maia.

O documentário mostra um menino ávido por livros, ainda em Diamantina (MG), e um médico interessado em conhecer o mundo, após o curso de especialização em Urologia feito em Paris. No Egito, relata o filme, procurou conhecer melhor a história do faraó herege Amenófis, que — como

havia descoberto nos livros de sua infância — construiu uma nova capital chamada Akenaton, três mil anos antes de Brasília.

Antigos amigos, historiadores, escritores e senadores como José Sarney (PMDB-AP) e Pedro Simon (PMDB-RS) contribuíram, com seus depoimentos, para traçar o perfil de um homem simples e um político preocupado com a superação do subdesenvolvimento e a consolidação da democracia brasileira.

A versão curta, de 10 minutos, será divulgada quinta-feira, na sessão solene de celebração do centenário de JK. A outra, mais longa, de 1h20, será exibida no Auditório Petrônio Portella, às 12h de sexta-feira.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Ademir propõe novos critérios para o BNDES

Proposta do senador estabelece regras para aplicação de recursos administrados pelo banco, destinando 1% à Região Norte, 1% ao Centro-Oeste e 2% ao Nordeste. O projeto receberá decisão terminativa na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará projeto de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que modifica critérios para aplicação de recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o projeto, do total dos recursos administrados pelo banco, 1% será reservado para a Re-

gião Norte, o mesmo percentual para o Centro-Oeste e 2% para a Região Nordeste. O projeto receberá decisão terminativa na CAE.

— A proposta tem como finalidade o estabelecimento de critérios justos de distribuição dos recursos administrados pelo BNDES. Além disso, objetiva tornar o banco um instrumento de redução das desigualdades regionais — disse.

Ademir argumenta que atualmente nenhuma lei disciplina a forma como os recursos são distribuídos pelo BNDES, que segue seus próprios critérios para disponibilizá-los. O senador afirma que essa situação leva a distorções, lembrando que, de 1995 a 2001, as Regiões Sul e Sudeste abocanharam mais de 77% dos recursos.



José Cruz

Para Ademir, o banco deve ser instrumento para reduzir desigualdades regionais

## Lando denuncia falhas no trabalho do Incra

O crescimento da tensão causada pelos conflitos de terras na Amazônia não estaria ocorrendo se o governo distribuisse pelo menos as propriedades improdutivas já desapropriadas, segundo o senador Amir Lando (PMDB-RO), que aponta falhas na ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), especialmente no estado de Rondônia.

— A reforma agrária ocorre hoje apenas na mídia, nas estatísticas que mostram o alcance de metas, mas a realidade no campo é outra. Está faltando acabar com esse processo mentiroso e partir para a reforma

agrária de fato, sobretudo na Amazônia, onde temos uma imensidão de terras disponíveis — afirmou.

Lando denunciou que em Rondônia há muitas áreas desapropriadas “que não foram destinadas porque o Incra não teve a coragem de dar essa terra ao povo, aos sem-terra que estão nos acampamentos”.

Para o senador, uma das consequências dessa situação é “o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como movimento de caráter político, de organização que pretende tomar o poder, porque não se está dando curso efetivo à reforma agrária”.



José Cruz

Amir Lando: “A reforma agrária ocorre hoje apenas na mídia, mas a realidade do campo é outra”

## Projeto amplia poder de juizados especiais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) discutirá ainda neste semestre projeto do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que autoriza os juizados especiais, chamados de juizados de pequenas causas, a tratar de assuntos fiscais e de interesse da Fazenda Pública, o que é proibido por lei. Tais assuntos só podem ser tratados pela Justiça comum estadual ou federal. Pequenos juizados aceitam ações que envolvem acordos e pendências de até 40 salários mínimos (R\$ 8 mil).

O relator do projeto, senador Amir Lando (PMDB-RO), apóia o projeto, mas discorda de um artigo que autoriza lei estadual a fixar o valor para as ações de pequenas causas dentro do próprio estado, podendo elevar ou reduzir o valor de 40 salários mínimos. Assim, o senador recomenda a aprovação do projeto, mas sem este artigo, por entender que cada



Roosevelt Pinheiro

Proposta de Hartung coloca questões relativas à Fazenda Pública na esfera desses juizados

estado irá ter um valor diferente para as ações.

— A elevação do valor dos acordos poderia lançar nos juizados especiais uma avalanche de causas que, exatamente em razão de seu valor, deveriam ser ajuizadas na Justiça comum — sustenta Lando. Assim, a seu ver, longe de se alcançar a rapidez que hoje ca-

racteriza os juizados especiais, haveria “mero deslocamento de foro, sem qualquer vantagem para o cidadão que pleiteia no limite de 40 salários mínimos”. A situação seria, aliás, mais grave. Para o relator, as pequenas causas voltariam a se entremear às grandes, ainda que, dessa feita, nos juizados especiais, e não na Justiça comum.

### EXCLUSÕES

O projeto do senador Paulo Hartung não mexe na parte da lei dos juizados especiais (Lei nº 9.099/95) que trata das outras exclusões dos assuntos que podem ser tratados nos juizados de pequenas causas. São estes os assuntos proibidos: causas de natureza alimentar (divórcios, pensões alimentícias etc.), falências de empresas e acidentes de trabalho. Essas três áreas têm varas especializadas dentro da Justiça — Varas de Família, de Falências e Concorreatas e de Acidentes de Trabalho.

## Osmar quer mudar forma de notificação em ação trabalhista

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de iniciativa do senador Osmar Dias (PDT-PR) que modifica as normas para a notificação dos reclamados nas ações trabalhistas. A proposta estipula a necessidade de as pessoas jurídicas serem notificadas por meio de seu representante legal, com poderes expressos e específicos para tanto. Pela legislação em vigor, basta que a citação seja entregue a qualquer pessoa que se encontre na empresa.

— Frequentemente nem sequer a notificação é encaminhada ao destino correto. Como resultado, as reclamações trabalhistas tramitam à revelia, sem que o real empregador tenha conhecimento dela. Dessa forma, não são assegurados o contraditório e a ampla defesa, garantidos constitucionalmente — argumenta o senador.

O projeto estabelece ainda que no caso de pessoa física a notificação será feita pessoalmente, por meio de correspondência com

contra-recibo. Se o reclamado criar algum embaraço no ato do recebimento da notificação, ela será feita por oficial de Justiça. Se o citado estiver em local incerto, a notificação será publicada no *Diário Oficial* ou no jornal que publicar o expediente forense. Na falta dessas duas alternativas, a notificação será afixada na sede do tribunal onde o caso estiver sendo apreciado.



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Osmar prevê que pessoas jurídicas sejam notificadas através de representantes legais



O *Jornal do Senado* publica nesta coluna perguntas e sugestões dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e obter resposta, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

*Arminda Cardins, de Ubirajara (SP):* Quero sugerir aos senadores que os presos passem a pagar ao estado o valor gasto para manter os presídios.

*O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO)* responde: Está tramitando nas comissões temáticas do Senado projeto de lei de minha autoria que estabelece que todo encarcerado com comprovado poder aquisitivo terá que ressarcir o Estado por todas as suas despesas. Evidentemente que os recursos serão revertidos em novos presídios, na implantação de penitenciárias agrícolas ou outro tipo de carceragem onde os presos possam trabalhar. Com a instalação da Comissão Mista Especial de Segurança, que vai apreciar a questão da violência e da insegurança no país, com certeza esses projetos serão lembrados.

# Suplicy defende imposto sobre grandes fortunas

Projeto de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso já foi aprovado no Senado e se encontra em tramitação na Câmara

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o governo dê prioridade à votação do imposto sobre grandes fortunas após o segundo turno das eleições. O projeto de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso já foi aprovado no Senado e se encontra atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, onde "recebeu parecer bastante moderado da então deputada Maria da Conceição Tavares e está pronto para ser votado", disse Suplicy. Ele lembrou que, no Senado, a proposta foi submetida ao exame do então senador Roberto Campos, já falecido.

A aprovação do projeto agora representaria, conforme Suplicy, uma nova fonte de receita, que poderia ajudar na execução orçamentária do próximo ano. Com o mesmo objetivo, ele destacou a possibilidade de votação, também



Segundo Suplicy, imposto sobre grandes fortunas ajudaria na execução orçamentária de 2003

após o segundo turno eleitoral, da manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda para as faixas salariais mais altas. Essas duas fontes de receita seriam empregadas, segundo o senador, para absorver o impacto do aumento do salário mínimo sobre as despesas previdenciárias e sustentar

os investimentos decorrentes das emendas parlamentares.

Suplicy defendeu a redução nos prazos de tramitação do projeto de lei do Orçamento de 2003 para que o Congresso Nacional possa concluir a sua votação até 15 de dezembro ou, no mais tardar, antes do Natal. "É necessário que se adaptem os procedimentos para aprovar a lei orçamentária ainda este ano", frisou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, informou na semana passada que a primeira proposta sobre o rito sumário para acelerar a tramitação da proposta orçamentária do próximo ano será conhecida na primeira quinzena de outubro. Segundo ele, a proposta será acertada entre os líderes dos partidos que compõem a Comissão Mista de Orçamento.

## Orçamento destina R\$ 1,7 bilhão ao Judiciário

Maior eficácia na arrecadação da dívida ativa da União e celeridade na prestação jurisdicional são os principais objetivos que o governo pretende alcançar com a dotação de R\$ 1,7 bilhão para o Poder Judiciário no exercício de 2003.

A proposta orçamentária destaca os projetos de implantação de sistemas integrados de gestão da informação, que interligarão a rede de informática dos Tribunais Superiores às redes da Advocacia Geral da União (AGU), Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Receita Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Caixa

Econômica Federal e Varas de Execução Fiscal.

Na Justiça trabalhista, são destinados recursos para a construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho e para a conclusão do fórum trabalhista de São Paulo. No âmbito da Justiça Eleitoral, estão alocados recursos para implantação de rede via satélite, destinada a melhorar a comunicação entre cartórios eleitorais e tribunais regionais, e entre estes e o Tribunal Superior Eleitoral.

Foram alocados ainda recursos para o Supremo Tribunal Federal divulgar para a sociedade os atos

do Judiciário por meio da TV Justiça, que já entrou no ar. E ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foram destinados recursos para criação de juizados especiais cíveis e criminais.

No âmbito do Legislativo foram alocados recursos da ordem de R\$ 824 milhões para o projeto Interlegis, rede destinada a interligar a informação legislativa por meio de computadores ligados à Internet; manutenção da Unilegis (Universidade do Legislativo); e modernização da capacidade institucional do Tribunal de Contas da União, objetivando o fortalecimento do órgão.

## Proposta dá ênfase ao crescimento das exportações

A proposta de Orçamento da União para 2003 prevê gastos da ordem de R\$ 373 milhões para a manutenção das embaixadas brasileiras no exterior. O programa básico do Ministério das Relações Exteriores objetiva dar suporte à representação do Brasil e à negociação de interesses brasileiros perante estados estrangeiros e organismos internacionais, com especial ênfase na dinamização das exportações brasileiras.

O documento destaca a partici-

pação do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), organismo responsável pela regulamentação e fiscalização do comércio internacional. Os representantes brasileiros têm questionado práticas protecionistas adotadas a pretexto de política *antidumping* e lutado pelo fim das barreiras à venda de produtos agrícolas e siderúrgicos nacionais. Um segundo ponto relevante que tem sido discutido na OMC diz respeito à política de subsídios dos governos dos principais

países fabricantes de aviões, um tema de comércio exterior particularmente importante para o Brasil.

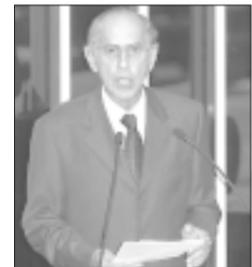
Segundo o documento do governo, a diplomacia brasileira trabalha para a inserção positiva do Brasil na economia globalizada, participando nos principais foros internacionais de negociação, tais como o Mercosul, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), a União Européia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), além da OMC.

## Mauro quer agilidade da SDE para investigar cartel do leite

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitou à Secretaria de Direito Econômico (SDE) maior agilidade no aprofundamento das investigações sobre infração à ordem econômica que estaria ocorrendo no mercado de leite de Goiás. Ele informou que os trâmites preliminares estão emperrados, pois a SDE aguarda manifestação de outras assembleias legislativas que tenham instalado CPIs semelhantes à goiana.

Mauro lembrou que, em 2001, apresentou requerimento por meio do qual solicitou ao ministro da Justiça e à SDE informações sobre cartelização que estaria ocorrendo no mercado leiteiro de Goiás. Após aguardar mais de três meses por uma resposta concreta, reiterou perante o ministério a solicitação que fizera em outubro.

A SDE decidiu, então, aprofundar as investigações com base no relatório final da CPI do Leite e em esclarecimentos prestados pelas indústrias acusadas de formação de cartel, informou. O senador frisou que há cinco meses, em outro pronunciamento, qualificou as provi-



Mauro Miranda diz que problema está sendo tratado de forma lenta

Roosevelt Pinheiro

dências da SDE de "insuficientes, infrutíferas e inexpressivas".

Segundo Mauro, embora Goiás seja o segundo maior produtor de leite do país, com 2,4 bilhões de litros produzidos em 2001, a pecuária leiteira atravessa um período conturbado.

Nos últimos dois anos, relatou, a luta de cerca de 65 mil produtores consiste em vender o produto acima do preço de custo. O custo de cada litro de leite chega a R\$ 0,45 em algumas regiões; em julho, os produtores receberam R\$ 0,37 por litro. O senador afirmou que essas e outras distorções na cadeia produtiva levaram a Assembleia Legislativa de Goiás a constituir a CPI do Leite, concluída em dezembro de 2001. Há indícios de cartelização, pois as cinco maiores indústrias beneficiam juntas mais de 56% do leite produzido no estado.

— Lamento dizer que a SDE não me forneceu informações que justificassem uma mudança de julgamento. Fica, dessa forma, registrada a minha indignação com a forma vagarosa como uma questão crucial vem sendo tratada — afirmou.

## Senado nas eleições

Na hora de votar, têm preferência os idosos, doentes, mulheres grávidas e deficientes físicos. A Justiça eleitoral também prevê algumas con-

**Faltam 27 dias para as eleições**

dições para eleitores com necessidades especiais. As teclas da urna têm numeração em braile para os deficientes visuais, além de fones de ouvido que confirmam o número digitado. Os deficientes físicos que votam em andares superiores precisam se deslocar até a seção, já que a urna não pode ser transportada. O melhor é comunicar o problema ao Cartório Eleitoral, que tentará localizar as mesas em áreas de fácil acesso. O eleitor impedido

de assinar com a mão regular deve usar a outra. Se não for possível, será colhida a impressão digital do polegar. Se isso for impossível,

pode ser feita a justificativa da ausência, apresentando atestado médico até 60 dias depois da eleição.

Nos casos das pessoas com plantão em serviços essenciais de utilidade pública, a instituição que emprega os profissionais deverá encaminhar, com antecedência, ofício ao juiz eleitoral da zona dos plantonistas com pedido de prioridade para o voto. Não há dispensa para esses casos.

## Recado ao leitor

Cada estado brasileiro, independentemente do seu tamanho ou da sua população, tem três senadores da República, com mandato de oito anos. A cada período de quatro anos, os eleitores elegem um terço, e no seguinte elegem dois terços. Em 1998, houve eleição para uma vaga de senador. Na eleição deste ano, entram dois e saem dois, por isso, cada eleitor brasileiro terá a oportunidade de votar em dois senadores.

Senador Ademir Andrade (PSB-PA)